

## Editorial

# O silêncio que diz tudo

“De facto, desde 2015, houve 12 ataques e assassinatos por motivos políticos, incluindo o assassinato do Sr. Gilles Cistac, Professor de Direito na Universidade Eduardo Mondlane. Ninguém foi responsabilizado por esses ataques e assassinatos. Estamos preocupados com as ameaças e agressões sofridas pelo Sr. Ericino de Salama e outros jornalistas e defensores dos direitos humanos, que parecem estar relacionados com a expressão da sua opinião política e crítica do Governo. Nós expressamos preocupação com o efeito inibidor mais amplo que isso tem sobre o exercício do direito à liberdade de expressão em Moçambique, em particular quando exercida pelos ‘media’, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos e, em geral, os que manifestam discordância.”

O extracto acima consta num pedido de esclarecimento enviado em Abril deste ano ao Governo moçambicano pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na sequência dos macabros ataques selectivos de que têm sido vítimas cidadãos moçambicanos que, no gozo do seu direito constitucional de liberdade de expressão (académica ou política), são brutalizados à luz do dia sem que ninguém mova uma palha. Os que têm menos sorte nesta cruzada de brutalidade são abatidos como animais.

No documento enviado ao Governo moçambicano, o Alto Comissariado das Nações Unidas deu sessenta dias ao Governo para responder o que tem estado a fazer para esclarecer esses actos e o que tem sido feito para que essa patologia cesse de uma vez por todas.

Em termos mais concretos, o Governo recebeu o documento no dia 24 de Abril. Contando a partir dessa data, o prazo de sessenta esgotou-se no dia 24 de Junho do corrente ano sem que o Governo se pronunciasse sobre o documento. É nesses termos em que as Nações Unidas, seguindo os seus procedimentos, decidiu publicar o documento também como uma forma de prestar contas aos seus associados sobre assuntos que requerem uma posição inequívoca.

Ora, o silêncio do Governo constitui a aprovação tácita de toda a informação que consta no relatório e de outra que não faz parte. O Governo até tentou simular que estava a investigar, mas, como em qualquer outra farsa, não resistiu ao teste imposto pela determinante. O que é evidente é o que se apresenta aos olhos de qualquer cidadão de diligência mínima. Esses ataques têm ou tiveram o seu centro de coordenação no regime.

Sem qualquer tipo de aforismos, é preciso que se diga

que todos esses cidadãos que foram brutalmente arrancados das suas famílias e outros a quem coube a sorte de receber apenas uma advertência com a ofensa corporal de “deixar coxo” são os indesejados que o regime colocou numa cartilha de abate.

É de uma inocência crassa e perigosa alimentarmos a ideia de que o Governo iria investigar tais casos, porque seria, na verdade, o assassino a abrir uma investigação contra si mesmo, o que seria impraticável.

Vai daí que existe um ritual muito bem decorado que ganha forma nas habituais declarações policiais do “estamos a investigar”. Às vezes, até se simula suspeitos e até detidos em tempo suficiente para a memória colectiva se esquecer e, logo a seguir, voltamos à vítima que se segue. Atingimos um nível tal de anormalidade como país que o que nos preocupa já não é a brutalidade desses eventos. O que passa a preocupar-nos agora é o perfil da próxima vítima, de “mau comportamento”, que o regime vai abater.

No seu ofício ao Governo, as Nações Unidas afirmam: “Enquanto aguardamos uma resposta, pedimos que todas as medidas provisórias necessárias sejam tomadas para suspender as alegadas violações e impedir a sua reincidência e, no caso de que as alegações sejam correctas, garantir a responsabilidade de qualquer pessoa responsável pelas violações alegadas.”

É um equívoco da parte das próprias Nações Unidas, porque a organização parte do pressuposto de que esses crimes são praticados por agentes externos ao destinatário da carta. As Nações Unidas estão a pedir ao assassino que se auto-iniba de ser assassino e promova investigações contra si mesmo. Impossível.

O mau nisto tudo é todo um país que, padronizando esta forma de se viver em pleno Século XXI, onde um grupo de delinquentes que tem à sua guarda os instrumentos do Estado, usam-no para satisfazer os seus instintos selvagens. A curto prazo, estes assassinos podem estar a resolver o que para eles é um problema e a retirar vantagens políticas desses actos, mas, a longo prazo, há um exército de órfãos que é criado e cresce sabendo que lhes foram brutalmente arrancados os pais, num expediente tornado normal pelos que controlam o Estado. Há outros jovens que crescem sabendo que este sistema é o que deixou o seu pai com problemas físicos de forma deliberada e no maior ambiente de impunidade. A bolsa de ódio que se cria neste contexto, esse é um perigo em potência para a sociedade. Até quando continuará o regime nessa retrógrada agenda de canibalização?